

Documento vai estar em consulta pública durante 10 dias

Município de Cantanhede aprova Plano Municipal de Ação Climática



O Executivo Municipal aprovou o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), documento que segue agora para fase de consulta pública, por um período de 10 dias, para recolha de contributos importantes de cidadãos e instituições.

Dado os cenários e as projeções climáticas para o futuro, a Câmara Municipal de Cantanhede decidiu avançar com a conceção de medidas e ações destinadas a mitigar os impactos das alterações climáticas, protegendo a qualidade de vida da população e garantindo um futuro sustentável para as próximas gerações.

O PMAC de Cantanhede alinha-se com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e visa responder de forma eficaz aos eventos climáticos extremos, através de adoção de políticas ambientais que conduzam à neutralidade carbónica e à adaptação das vulnerabilidades climáticas atuais e futuras do território.

O vice-presidente da Câmara Municipal com o pelouro do Urbanismo, Pedro Cardoso, sublinha “a importância deste plano que prepara o futuro do concelho, num contexto desafiador e que exige uma resposta imediata e eficaz”.

“Este plano representa o compromisso e a firmeza inabalável que é hoje e com todos que podemos proteger e preservar a nossa Casa Comum, não apenas no presente, mas também as bases para um futuro sustentável e resiliente para as gerações vindouras”, salienta.

O aumento de risco de catástrofe, a ocorrência de incêndios, a redução da disponibilidade de água para abastecimento e rega, assim como doenças associadas à poluição do ar são alguns dos impactos das alterações climáticas.

Entre 2009 e 2022, o Município de Cantanhede teve um aumento de 17% no consumo de energia, bem como um acréscimo de 24% no consumo de energia elétrica. A indústria foi o setor responsável pela maior parcela deste consumo.

Outro dos problemas é a pobreza energética, que resulta em particular dos baixos rendimentos e da dificuldade em aceder a serviços energéticos eficientes e com qualidade.

O Município pretende reduzir as emissões no setor da indústria, agricultura, resíduos, transportes, residencial e serviços.

O aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo, a substituição da iluminação existente por LED nos edifícios industriais e nas instalações agrícolas, a utilização de biocombustíveis nas indústrias, a redução da produção de resíduos per capita, assim como a diminuição dos consumos derivados de petróleo nos transportes são alguns exemplos de medidas que constam no plano.

Criar incentivos à implementação de jardins e coberturas verdes, promover soluções de arrefecimento evaporativo em espaços verdes e públicos abertos, ampliar e monitorizar a rede pública de águas pluviais e melhorar as condições de escoamento de água em zonas críticas, bem como criar áreas verdes municipais, com diversificação de espécies são outras das propostas.

É intenção ainda elaborar um plano de divulgação e comunicação do PMAC, com um manual de boas práticas ambientais, a fim de sensibilizar os munícipes para a importância deste tema.

O documento estará em breve em consulta pública no site do Município, após o qual será submetido à aprovação pela Assembleia Municipal.